

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT17.016

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO ÀS URGÊNCIAS SUBJETIVAS DE EDUCADORES E FUNCIONÁRIOS EM ESCOLA PÚBLICA

Jailma Belarmino Souto¹

Maria Lígia de Aquino Gouveia²

Maria Clara de Araújo Souto Badú³

Dayara Almeida Sicupira⁴

RESUMO

A fragilidade humana é de ampla complexidade; fato revelado no corpo físico e na psique, em diversos modos de expressão de sofrimento. O período pandêmico, seus desdobramentos patológicos e mortíferos, causaram efeitos subjetivos devastadores na saúde física e mental. A comunidade escolar foi atingida sobremaneira, durante e após a pandemia, gerando procura de serviços de atenção psicológica por trabalhadores da Educação. Em resposta as demandas de uma Escola Pública de Ensino Fundamental e Médio, na cidade de Campina Grande Pb, ofertou-se espaço de acolhimento psicológico, através de plantões de escuta, as urgências subjetivas de educadores e funcionários. A atuação desenvolveu-se orientada pela ética e teoria da psica-

1 Professora orientadora, autora; Doutora, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, jailma.psy@servidor.uepb.edu.br.

2 Professora coorientadora, coautora; Doutora, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ligiaagouveia@servidor.uepb.edu.br;

3 Graduanda, coautora, do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, maria.clara.badu@aluno.uepb.edu.br;

4 Graduanda, coautora, do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, dayara.sicupira@aluno.uepb.edu.br

nálise Freud/lacanianana. Para a Psicanálise, o sintoma é a construção singular de cada sujeito no encontro subjetivo, dialético com sua pertença parental, cultural e conjuntural. Desse modo, aponta a importância de o sujeito falar de suas dores e construir progressivamente a ressignificação de seu sofrimento, fazendo trocas subjetivas menos devastadoras e que permitam laço social. Os resultados dessa experiência foram significativos e consequentes. O espaço de acolhimento psicológico garantiu um lugar de fala, para os sujeitos expressarem suas angústias pessoais e laborais, permitindo a articulação com a rede de apoio. Essas ações de cuidado permitiram desestigmatizar à saúde mental no ambiente laboral escolar e a democratização do acesso aos serviços psicológicos. Possibilitou a modificação das demandas iniciais a partir de estratégias singulares construídas pelos usuários.

Palavras-chave: Escuta psicológica; Sofrimento psíquico; Comunidade escolar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir a experiência de um projeto de extensão universitária desenvolvido por discentes do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob coordenação docente, em uma escola pública de ensino fundamental e médio da cidade de Campina Grande -PB. O projeto teve origem a partir de uma demanda emergente da comunidade escolar por um espaço de acolhimento psicológico. O retorno às aulas presenciais, após o período de isolamento imposto pela pandemia, revelou inúmeras urgências subjetivas no contexto escolar, manifestas tanto entre os estudantes quanto entre os professores e demais profissionais da educação. Essa conjuntura evidenciou a necessidade de um dispositivo de escuta e cuidados psicológicos voltado à possibilidade de elaboração do sofrimento psíquico e de reconfiguração dos laços sociais atravessados pela experiência coletiva da pandemia.

Em execução há três anos, a ação tem se consolidado como um importante dispositivo de cuidado voltado a estudantes, professores e funcionários, sustentado pela ética da escuta e pelo referencial teórico-clínico da psicanálise Freud-lacanianiana. As intervenções desenvolvidas no âmbito do projeto são direcionadas a toda a comunidade escolar e organizadas em duas frentes de atuação. A primeira delas é voltada aos estudantes, considerando as especificidades subjetivas e os modos de sofrimento próprios da adolescência, período marcado por intensas transformações biológicas, psíquicas e sociais. A segunda frente de trabalho do projeto é voltada especificamente para educadores, funcionários e responsáveis pelos alunos, considerando a complexidade das demandas emocionais e as múltiplas implicações do trabalho educativo na constituição psíquica dos sujeitos envolvidos, impactando tanto o ambiente educacional quanto suas próprias vivências pessoais e laborais.

Este texto privilegia o recorte das ações voltadas aos educadores, compreendendo que esses profissionais ocupam um lugar fundamental na

dinâmica escolar e, portanto, são frequentemente atravessados por situações que mobilizam afetos, conflitos e desafios subjetivos. Nesse sentido, o dispositivo de acolhimento psicanalítico propõe-se como um espaço de escuta e elaboração, possibilitando que o educador possa sustentar sua prática a partir de uma posição mais implicada e menos capturada pela angústia ou pelo ideal.

A escuta orientada pela ética da teoria em Freud e Lacan, não se reduz à intervenção terapêutica tradicional, mas constitui-se como um lugar de fala e de produção de sentido, no qual o sujeito pode reconhecer algo de seu desejo e de sua responsabilidade frente ao mal-estar que o atravessa. Freud (1914/1996) já apontava no texto *Recordar, repetir e elaborar* que a fala tem potência de reinscrever o sujeito em sua própria história, abrindo caminho para novas formas de lidar com o sofrimento. Lacan (1958/1998), por sua vez, reforça que a escuta do inconsciente, sustentada na transferência, é o que possibilita o surgimento de um saber singular sobre o próprio sujeito.

Freud (1912/1996) introduz o conceito de transferência como elemento central nas relações humanas, e faz uso desse conceito na relação analítica, destacando que é por meio dela que o sujeito projeta no outro (analista, educador ou coordenador) figuras e afetos originários de sua história psíquica. No contexto escolar, a dimensão transferencial revela que o vínculo entre educadores e alunos é um campo dialético mediado por afetos, onde saber e desejo se entrelaçam.

A partir da leitura lacaniana de Freud, entende-se que o processo educativo se dá na tensão entre o sujeito do desejo e o saber. Lacan (1964/1998) destaca que o saber é sempre incompleto, e o professor, enquanto “sujeito suposto saber”, ocupa um lugar simbólico que mobiliza o desejo do aluno de aprender.

Dessa forma, ao oferecer aos educadores um espaço de escuta pautado na ética da psicanálise, o projeto contribui para a promoção de um cuidado que ultrapassa o nível institucional, alcançando o campo do simbólico e do desejo. O acolhimento das dimensões subjetivas envolvidas

no ato de educar permite a emergência de novas significações acerca do lugar do professor, da relação com o saber e do laço com o outro, elementos centrais na prática educativa e no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a proposta sustenta-se como uma ação que visa não apenas o bem-estar individual dos educadores, mas também a possibilidade de ressignificação das relações escolares, promovendo um ambiente mais sensível às questões humanas que atravessam o cotidiano da educação. Trata-se, portanto, de um gesto ético e político de uma escuta que reconhece o sujeito em sua singularidade, reafirmando o lugar da psicanálise como instrumento de teoria e intervenção nas instituições contemporâneas.

O ENSINO COMO TRANSMISSÃO ENTRE A TRANSFERÊNCIA E O DESEJO

O trabalho desenvolvido na escola pública, atravessado por desafios históricos, estruturais e simbólicos, repercute de forma significativa na saúde mental dos educadores. A precarização das condições de trabalho, a sobrecarga de tarefas e as demandas emocionais, intensificadas durante e após o contexto pandêmico, evidenciam a urgência da criação de espaços institucionais de acolhimento que possibilitem ao trabalhador da educação um lugar de fala e de escuta, para além do domínio técnico e das exigências burocráticas do fazer pedagógico.

Gatti (2021) destaca que, no cenário contemporâneo, os professores brasileiros enfrentam condições de trabalho marcadas por múltiplos vínculos empregatícios, longas jornadas, baixos salários e escassa infraestrutura nas escolas. Soma-se a isso o desgaste emocional e simbólico da profissão, que repercute diretamente na qualidade da educação e na saúde mental dos educadores. A profissão docente, segundo Gatti (2021), encontra-se tensionada entre a missão social que lhe é atribuída e a precariedade das condições reais em que o trabalho é exercido.

A autora também ressalta o potencial transformador da docência quando articulada a políticas públicas consistentes de formação, carreira e valorização. E defende que a reconstrução da profissão docente exige reconhecer o professor como trabalhador intelectual, cuja prática envolve reflexão, criação e compromisso ético com a formação de sujeitos e com a transformação social. Assim, a superação das condições precárias passa pela retomada da centralidade do educador nas políticas educacionais, com investimentos estruturais e reconhecimento simbólico e material de seu papel.

A análise de Gatti (2021) sobre a profissão docente no Brasil evidencia que o magistério tem se constituído historicamente em meio a processos contraditórios, nos quais a valorização simbólica da figura do professor convive com a desvalorização material e institucional de seu trabalho. A autora demonstra que, desde o início do século XX, a docência foi marcada por uma representação moral e vocacional, frequentemente associada à feminização da profissão e à ideia de “missão”, mais do que ao reconhecimento técnico e intelectual do ofício. Essa concepção, segundo Gatti (2021, p. 34), contribuiu para “a persistente visão de que ser professor é um chamado, e não uma profissão que exige formação sólida e condições dignas de exercício”.

No decorrer do século XX, as transformações sociais e econômicas alteraram profundamente o lugar do professor na sociedade. A expansão da escolarização e as políticas educacionais voltadas à universalização do ensino geraram novas demandas sobre o trabalho docente, sem que houvesse, contudo, uma correspondência em termos de valorização e suporte institucional.

A partir da leitura psicanalítica, pode-se compreender esse mal-estar docente à luz do que Freud (1930/1996) denominou de “mal-estar na cultura”, isto é, a tensão inevitável entre o desejo singular do sujeito e as exigências normativas do laço social. O professor, ao ocupar um lugar de enunciação no campo do saber, confronta-se com as faltas estruturais que atravessam tanto o sujeito quanto o próprio discurso educativo. Lacan

(1964/1988) concebe o ato de ensinar como um campo de transferência, no qual o “sujeito suposto saber” se constitui e se desfaz, revelando que o ensino não é mera transmissão, mas um encontro com o não-saber e com o desejo.

Desse modo, o sofrimento docente contemporâneo pode ser lido como efeito de um descompasso entre o desejo que sustenta o ato de ensinar e as condições objetivas impostas pelo sistema educacional neoliberal, que reduz o professor a executor de metas e indicadores. A “burocratização do ensino”, como observa Gatti (2021, p. 102), gera um esvaziamento simbólico do lugar do educador, convertendo o trabalho pedagógico em atividade tecnicista, orientada pelo controle e pela produtividade. Nesse sentido, a psicanálise permite restituir ao professor o estatuto de sujeito desejante, para quem o ato educativo implica risco, criação e singularidade.

O trabalho docente, sob a ótica psicanalítica proposta por Dunker (2015), pode ser compreendido como uma prática atravessada por significantes que remetem à posição do sujeito diante do saber e do desejo. O professor não é apenas um transmissor de conteúdos, mas alguém implicado em um laço transferencial com seus alunos, no qual circulam afetos, identificações e fantasias. Para Dunker (2017), a cena pedagógica é também uma cena discursiva, sustentada pelo desejo de ensinar e pelo reconhecimento do lugar do Outro enquanto sujeito do inconsciente. Assim, o ensino se constitui como um campo de subjetivação, em que o professor se confronta constantemente com os limites do saber e com a impossibilidade de domínio total sobre o processo educativo.

Nesse sentido, Dunker (2017) destaca que o sofrimento docente, frequentemente associado a sobrecarga, à precarização e ao desencantamento com a profissão, também se relaciona a uma dimensão simbólica: o mal-estar no laço social contemporâneo. A lógica neoliberal, ao reduzir o ensino a métricas de desempenho e produtividade, tende a esvaziar o espaço da palavra e do desejo na educação, produzindo professores que se veem como meros executores de tarefas. Para o autor, tal configuração

reforça uma forma de alienação subjetiva, pois impede o educador de sustentar um lugar de fala e de escuta que reconheça a singularidade do sujeito e a complexidade das relações escolares.

Dunker (2019) propõe uma leitura clínica do espaço escolar, na qual o professor possa reencontrar o valor ético de sua função, recolocando o desejo como motor do ensino. Ao assumir que ensinar implica lidar com a falta e com o não saber, o docente se autoriza a habitar o lugar de sujeito dividido, capaz de suportar o inacabamento e a incerteza como dimensões estruturantes da experiência educativa. Essa perspectiva aproxima a prática pedagógica da escuta psicanalítica, na medida em que ambas apostam na palavra e na construção de sentido como caminhos possíveis para o enfrentamento do sofrimento e para a reinvenção dos laços sociais.

Ao refletir sobre o papel do professor na contemporaneidade, Dunker (2019) argumenta que é preciso resgatar o valor simbólico da docência e reintroduzir a dimensão do desejo no campo educacional. Em uma sociedade marcada pela aceleração, pela performatividade e pela lógica do controle, o professor pode ocupar uma função de resistência, um sujeito que, ao sustentar a escuta e o tempo do outro, afirma a importância do inconsciente e do laço social na formação humana. Nesse horizonte, o ensino deixa de ser uma técnica e se torna um gesto ético, sustentado pela aposta de que algo do sujeito pode emergir no encontro com o saber.

Freud (1914/1996) já havia indicado que o desejo de aprender está ligado ao desejo de saber sobre o enigma do amor e da origem, marcando a aprendizagem como campo de investimento libidinal. Lacan (1958/1998), por sua vez, mostra que o desejo do professor é o que possibilita a circulação do saber no processo educativo. Quando o professor se permite ocupar um lugar ético frente ao seu desejo, e não o do ideal ou do domínio total sobre o saber, o ensino se torna transmissão, no sentido lacaniano de deixar um resto, algo que ultrapassa a simples informação e que pode causar o desejo no outro.

Dunker (2019) amplia essa discussão ao propor que a educação é um campo privilegiado para observar as formações do inconsciente na

cultura. Para o autor, o ato de ensinar é atravessado pela transferência institucional e pela tensão entre o discurso do mestre e o discurso universitário, conforme formulado por Lacan (1969-1970/2007). O desafio ético do professor, nesse sentido, é sustentar o ensino como espaço de transmissão e não como imposição, permitindo que o aluno se confronte com sua própria falta e produza um saber singular. Assim, o professor, ao operar a partir de seu desejo, possibilita que o processo educativo se converta em experiência de subjetivação.

O ensino, portanto, como transmissão entre a transferência e o desejo, implica reconhecer que todo ato educativo envolve uma dimensão inconsciente e simbólica. O professor, ao se implicar em seu próprio desejo e reconhecer o lugar que ocupa na estrutura da transferência, transforma o ensino em um ato ético e criador. Como destaca Lacan (1959-1960/2008), a ética do desejo consiste em não ceder diante daquilo que nos constitui como sujeitos. Nesse horizonte, o ensino torna-se uma prática de transmissão viva; não do saber como objeto possuído, mas como causa de desejo, sustentando o movimento incessante entre o saber e a falta que o impulsiona.

Ao articular o trabalho de Gatti (2021) ao de Freud e Lacan, compreende-se que a crise da docência ultrapassa o campo da gestão e da política educacional, inscrevendo-se também na dimensão subjetiva e simbólica do trabalho. O desafio contemporâneo consiste, portanto, em resgatar o sentido ético e desejante do ensinar, sustentando a escuta do sujeito-professor em sua relação com o saber e com o outro. Somente a partir da escuta, ancorada na ética da verdade singular do sujeito falante, torna-se possível pensar uma política de formação e valorização docente que reconheça o professor não apenas como executor de tarefas, mas como sujeito do desejo e da palavra.

Além das questões materiais, há o desafio simbólico de reconhecer a escola como um espaço de constituição subjetiva. A psicanálise contribui para pensar a instituição escolar não apenas como um lugar de transmissão de saberes, mas como um cenário de produção de subjetividades e de

laços sociais. Ao considerar o sujeito em sua singularidade, a escuta psicanalítica nas escolas públicas torna-se uma forma de resistência frente às demandas massificadoras e tecnicistas que tendem a reduzir o aluno e o professor a métricas de desempenho.

Assim, o ato de ensinar, sob a ótica da psicanálise, ultrapassa a dimensão técnica e informativa. O professor, enquanto sujeito desejante, ocupa o lugar daquele que encarna a falta no saber, e é justamente essa falta que convoca o aluno ao desejo de aprender. Ensinar, nessa perspectiva, é operar no campo do simbólico, sustentando o vazio que mobiliza a busca por conhecimento. Quando o educador reconhece sua própria falta e a do outro, abre-se um espaço de criação e de diálogo, no qual o saber não é imposto, mas transmitido através do desejo (LACAN, 1998).

A ESCUTA COMO PROVOCAÇÃO AO ADVIR DO SUJEITO

O ato freudiano de escutar as pacientes histéricas revelou as manifestações do inconsciente como uma “Outra cena”, instaurando uma ruptura epistemológica na compreensão da subjetividade humana. A escuta, nesse contexto inaugural, possibilitou o reconhecimento de que existem processos psíquicos que escapam à percepção consciente e que se expressam por meio da fala, dos lapsos, atos falhos e dos sintomas. A descoberta freudiana expôs o domínio do inconsciente sobre o “Eu” e transformou profundamente a concepção de sujeito vigente até então. Ao evidenciar que o ser humano é, simultaneamente, assujeitado e agente de sua própria história, Freud introduziu a função estruturante do desejo na constituição do sujeito e inaugurou um novo modo de pensar a verdade do sujeito; uma verdade que se diz, sobretudo, nas entrelinhas repetitivas do discurso.

O inconsciente, anteriormente oculto, tornou-se acessível através dos sintomas, dos lapsos, atos falhos, palavras que insistem em se repetirem, ganhando centralidade na constituição do sujeito e na análise dos seus sofrimentos. Freud evidenciou que os efeitos do inconsciente incidem

desde os primeiros momentos de vida e se fazem presentes em todas as etapas do desenvolvimento.

Ao revisitar os escritos de Freud sobre o inconsciente, Lacan menciona que: “o inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (LACAN, 1998, p. 260). E seguindo o modo freudiano de trabalho, afirma que essa verdade pode ser resgatada, pois já está escrita em um outro lugar, quais sejam:

a) nos monumentos: e esse é o meu corpo; b) nos documentos de arquivos: lembranças de infância; c) na evolução semântica: estoque de vocabulário; d) nas tradições: que veiculam minha história; e) nos vestígios que conservam as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese estabelecerá (LACAN, 1998, p. 261).

Seguindo as descobertas iniciadas por Freud e continuadas por Lacan, o trabalho orientado pela psicanálise começa com a escuta; a oferta de um lugar de fala ao que sofre. A regra primordial de Freud: a associação livre, do lado de quem fala, e a atenção flutuante do lado de quem escuta, permanece a produzir seus efeitos. A direção é seguir as pegadas do que já está inscrito na história da pertença subjetiva de cada sujeito e que se disfarça sob a forma, principalmente, de sintomas (FREUD, 1912-1996).

A escuta psicanalítica fundamenta-se na abertura de um espaço em que o sujeito possa expressar livremente suas queixas e angústias, sem restrições, julgamentos ou direcionamentos prévios. Trata-se de um campo de fala sustentado pela ética do analista, que se abstém de impor sentidos para favorecer o livre fluxo da palavra e a emergência do inconsciente. Do lado do analista, a atenção flutuante configura-se como a disposição de acompanhar o discurso do analisando sem fixar-se em pontos determinados, acolhendo tanto os conteúdos manifestos quanto os elementos latentes que se insinuam na fala, sobretudo aquilo que retorna de modo repetitivo e insistente.

Para Lacan, “que se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente” (LACAN, 1998, p. 248). Nesse sentido, trata-se de uma escuta que se dirige ao significante, àquilo que, na fala, escapa ao sujeito e o revela enquanto efeito do discurso. O analista deve ocupar o lugar do “sujeito suposto saber”, isto é, aquele a quem se atribui o saber sobre o inconsciente, mas que, ao mesmo tempo, sustenta o espaço para que o sujeito fale e escute a si mesmo. Assim, a escuta psicanalítica é um ato ético e estruturante, que permite que o inconsciente se manifeste e que o sujeito se confronte com o enigma de seu desejo.

A escuta, em Lacan (1998), opera no campo da linguagem e do simbólico. O inconsciente, sendo estruturado como uma linguagem, só pode ser apreendido por meio dos significantes que emergem na fala. O analista, portanto, não busca interpretar de imediato o conteúdo dito, mas atentar aos deslizamentos, repetições e equívocos que revelam a lógica do inconsciente. Lacan (1960/2008) destaca que a interpretação não visa à explicação, mas à produção de um efeito de verdade: algo que faça vacilar o sentido estabelecido e abra espaço para o surgimento de um novo saber sobre o sujeito. Dessa forma, a escuta analítica é, antes de tudo, uma escuta do não-dito, daquilo que se diz sem que o sujeito o saiba.

Esse modo de escuta possibilita que o sujeito se aproprie de sua própria narrativa, reconhecendo aspectos singulares de seu sofrimento e construindo, a partir daí, novos sentidos para sua experiência. Ao oferecer um lugar de fala, a psicanálise propicia o desvelamento de uma verdade psíquica particular, que se revela no entrelaçamento entre palavra, desejo e sintoma. Assim, respeitando o tempo lógico de cada sujeito, o analista sustenta o espaço para que este se implique em suas próprias questões, abrindo caminho para a transformação subjetiva que advém do encontro com o inconsciente.

Para Alonso (2011) a escuta constitui o fundamento epistemológico e ético da psicanálise, na medida em que inaugura uma ruptura com o paradigma positivista centrado no visível e abre-se para o domínio do

inconsciente. Do ponto de vista ético-existencial, a escuta exerce uma função emancipatória ao permitir que o sujeito estabeleça contato com sua própria fala, história e pulsões, promovendo não apenas o alívio dos sintomas, mas também a construção de um sentido singular. A escuta torna-se instância de valorização da singularidade humana, contra a padronização e a objetificação. Assim, a importância da escuta para a psicanálise reside não somente em sua função técnica, mas em sua potência transformadora: ela inaugura o espaço em que o sujeito pode emergir, ser ouvido, e singularizar-se em sua produção de desejo. Trata-se de permitir que o sujeito abra um acesso à significação por meio da palavra e do silêncio acolhidos (ALONSO, 2011).

Alonso (2011) destaca que a escuta psicanalítica não se reduz à mera atenção ao discurso do outro, mas implica uma postura ética que sustenta o espaço de fala do sujeito. Diferente de uma escuta empática ou compreensiva no sentido comum, trata-se de uma escuta que acolhe o equívoco, o lapso, a hesitação e o silêncio como expressões significativas do inconsciente. Assim, o lugar da escuta em psicanálise é o de um campo de escansão simbólica, no qual o sujeito pode se ouvir e, ao fazê-lo, produzir algo novo sobre si mesmo. A importância da escuta psicanalítica reside justamente em sua potência de instaurar um espaço de enunciação em que o sujeito é convocado a falar e a se responsabilizar pelo que diz.

Seguindo as pegadas freudianas, Alonso (2011) afirma que se escuta em psicanálise não é o conteúdo manifesto da fala, mas o modo como o sujeito se posiciona frente àquilo que diz. O analista, portanto, escuta o discurso para além do sentido aparente, atento às formações do inconsciente como lapsos, chistes, atos falhos e sonhos, que emergem na fala. O que está em jogo é a possibilidade de ler, na materialidade da linguagem, os significantes que sustentam o sintoma e o desejo. A escuta, nesse sentido, é interpretativa, mas não no sentido de atribuir significados; é uma escuta que permite que o sujeito produza novos sentidos, reinscrevendo-se simbolicamente em sua própria história.

Lacan (1964/1988) enfatiza que o analista deve ocupar o “lugar do sujeito suposto saber”, posição transferencial que possibilita a emergência do saber inconsciente. Nesse contexto, a escuta não é neutra, mas sustentada por uma ética do desejo, que impede o analista de se colocar como mestre do saber ou de oferecer soluções ao sujeito. Alonso (2011) reforça essa ideia ao afirmar que o analista escuta a partir de uma posição de falta, ou seja, de não saber, o que cria as condições para que o sujeito possa se implicar no que diz e reconhecer-se como causa de seu próprio discurso. Essa atitude ético-clínica diferencia radicalmente a escuta psicanalítica de outras formas de escuta terapêutica ou pedagógica.

Corroborando com o tema, Rennó Lima (2010), afirma que a escuta psicanalítica ultrapassa a dimensão técnica ou empática frequentemente associada à prática clínica. Ao enfatizar que a escuta psicanalítica é, antes de tudo, uma escuta daquilo que não se diz, daquilo que se manifesta como furo, silêncio ou contradição no discurso. Segundo o autor, escutar em psicanálise é operar na dimensão do desejo e da transferência, mantendo-se atento às marcas do inconsciente que atravessam a fala. O analista não escuta o conteúdo manifesto, mas o modo como o sujeito se organiza em torno de sua falta e de seu gozo. Desse modo, a escuta se transforma em um dispositivo de produção de saber e não o saber do analista, mas aquele que emerge do próprio sujeito em análise (RENNÓ LIMA, 2010).

Para este autor, a escuta psicanalítica é uma operação ética que se inscreve no campo da linguagem e do inconsciente, exigindo do analista uma posição de disponibilidade e suspensão do saber. Escutar, em psicanálise, não significa compreender o sujeito a partir de categorias prévias, mas acolher o que se manifesta no intervalo, no equívoco e no silêncio. Assim, a função da escuta é sustentar o espaço em que o sujeito possa enunciar o que, até então, permanecia recalcado ou indizível, abrindo caminho para a produção de novos sentidos.

Rennó Lima (2010) enfatiza ainda, que o ato de escutar se realiza também pelo corpo do analista, que é atravessado e afetado pelo dis-

curso do outro. O analista não é um observador neutro, mas alguém que participa do campo transferencial de forma implicada e responsável. Essa implicação não se confunde com identificação, mas com a capacidade de sustentar o desejo e a falta, condições necessárias para que o sujeito em análise possa se confrontar com o próprio inconsciente.

A função da escuta, portanto, é dupla: acolher o dito e o não dito, e ao mesmo tempo preservar o espaço de silêncio que possibilita ao sujeito se escutar. Tal postura ressoa a concepção freudiana de “atenção igualmente flutuante” (FREUD, 1912/1996) e a leitura lacaniana de que o analista deve escutar “com o inconsciente” (LACAN, 1953/1998), isto é, a partir da falta e não da compreensão racional.

Nessa vertente, a escuta psicanalítica cumpre uma função ética e política: ela subverte a lógica da resposta imediata e do saber totalizante, instaurando um tempo de espera que restitui ao sujeito o direito à palavra e à própria construção de sentido. Escutar é, assim, um ato que convoca o sujeito a implicar-se em seu discurso e a ocupar uma posição de responsabilidade diante do próprio desejo. A função da escuta, nessa abordagem, é menos a de interpretar e mais a de sustentar o campo onde o sujeito pode emergir como falante. Dessa forma, o analista, ao escutar, não apenas ouve o outro, mas cria as condições simbólicas para que algo de novo se inscreva na relação entre linguagem, desejo e verdade; eixo fundamental da prática psicanalítica Freud-lacaniana (RENNÓ LIMA, 2010).

A articulação teórica entre Alonso e Rennó evidencia uma complementaridade fundamental: se Alonso enfatiza o lugar ético e simbólico da escuta; um espaço sustentado pela falta e pela palavra, Rennó acentua sua dimensão afetiva e encarnada, na qual o corpo do analista se torna parte do campo transferencial. Ambos concordam que o analista deve manter-se implicado, sem se identificar, preservando a distância necessária para que o sujeito possa ouvir a si mesmo. Essa implicação ética requer, como propõe Lacan (1958/1998), que o analista não responda à demanda de amor ou de saber, mas à verdade do desejo que se enuncia na fala. A escuta, nesse sentido, é um ato político e clínico: ela subverte a

lógica da compreensão imediata e introduz a possibilidade de uma outra forma de laço, fundada na palavra e no inconsciente.

Os autores, Alonso e Rennó Lima, convergem na concepção de que escutar, em psicanálise, é operar a partir do não saber, sustentando o vazio como condição de escuta e de subjetivação. Ambos situam o analista como aquele que escuta o sujeito em sua singularidade, sem pretensão de cura, adaptação ou correção. Ao contrário, trata-se de permitir que algo do sujeito se escreva de outro modo em sua história. A escuta, nessa perspectiva Freud-lacaniana, é um ato de fé no inconsciente, um gesto que confia à palavra sua potência transformadora. Assim, a escuta psicanalítica, tal como formulada por esses autores, se configura como uma prática ética, simbólica e encarnada, que sustenta o sujeito em sua travessia e possibilita a invenção de novas formas de dizer e de existir.

Dessa forma, o dispositivo de escuta psicanalítica no contexto escolar pode ser compreendido como um espaço que reintroduz o desejo de saber no campo educativo, ao possibilitar que o sujeito fale, elabore e se implique. Ao se escutar e se reconhecer como sujeito do inconsciente, o educador pode sustentar sua função de transmissor não apenas de conteúdos, mas de experiências simbólicas. Isso evidencia que, entre a transferência e o desejo, o ensino se configura como um ato ético, atravessado pela palavra e pela responsabilidade subjetiva.

Nesse sentido, o espaço de escuta promovido pelo projeto de extensão não se limita a uma prática de atendimento psicológico, mas constitui um dispositivo que possibilita o surgimento da palavra e do sujeito, abrindo vias para a elaboração do sofrimento e a construção de novos sentidos para a experiência escolar.

ACOLHENDO URGÊNCIAS SUBJETIVAS

Na psicanálise lacaniana, a urgência subjetiva não se refere a um estado clínico agudo que demande uma intervenção imediata, como no sentido médico de “emergência”, mas a um ponto de ruptura na econo-

mia simbólica do sujeito; um instante em que o sujeito é confrontado com o real do gozo e a vacilação das suas referências significantes. Trata-se de um momento em que algo da estrutura simbólica se desfaz, fazendo eclodir o que não pode ser simbolizado e, portanto, não encontra lugar na cadeia significativa (MARON, 2012).

A urgência, nesse sentido, é um tempo de desamparo radical, em que o sujeito se vê invadido por uma experiência de excesso de dor, de angústia ou de perplexidade frente ao que escapa à significação e ao domínio do Eu.

Diferentemente da emergência, que requer respostas rápidas e protocolos estabilizadores, a urgência subjetiva exige escuta e tempo. O analista, ao se confrontar com essa irrupção do real, não deve apressar o sujeito com interpretações ou soluções, mas sustentar um espaço onde a palavra possa emergir e produzir novos sentidos

A contemporaneidade, marcada pelo exacerbado acesso à informação, pela hiperconectividade e pelos constantes avanços tecnológicos, tem produzido um cenário propício ao surgimento de novos sintomas que frequentemente se manifestam sob a forma de urgência subjetiva. Como observa Borsoi (2012), a aceleração dos ritmos de vida e a sobrecarga de estímulos tendem a reduzir o espaço para a elaboração simbólica, instaurando um tempo em que o sujeito é convocado a responder de modo imediato às exigências do Outro social. Essa dinâmica contribui para o enfraquecimento do laço simbólico e para o aparecimento de manifestações clínicas em que prevalecem o desamparo, o vazio e o excesso de gozo, evidenciando o mal-estar próprio da cultura contemporânea. “A urgência é o sintoma principal dessas transformações, que impõem uma mudança nas maneiras de viver as dimensões do passado, do presente e do futuro” (BARROS, p. 12, 2012).

Nessa perspectiva, a urgência não é apenas uma resposta individual, mas o efeito de um discurso social que valoriza a rapidez, a eficiência e o desempenho em detrimento do tempo da palavra e da reflexão. Borsoi (2012) enfatiza que o sujeito contemporâneo é interpelado a permanecer

em constante atividade, incapaz de sustentar a pausa necessária para a escuta de si mesmo. O analista, diante desse contexto, é convocado a sustentar um tempo outro, que se opõe à lógica da aceleração, permitindo que a fala se inscreva e o sujeito possa significar sua experiência. A escuta psicanalítica, assim, assume um papel ético e político, pois resiste à pressa do mundo contemporâneo e reafirma o valor do tempo subjetivo na constituição do sujeito.

Barros (2012) afirma que a urgência é, antes de tudo, um “chamado ao Outro”, um pedido endereçado, ainda que de maneira fragmentária, ao campo da linguagem. Nesse sentido, o sujeito em urgência não busca apenas alívio de seu sofrimento, mas, ainda que inconscientemente, dirige sua fala ao Outro, na tentativa de reinscrever-se no laço simbólico. O analista, ao acolher esse chamado, transforma o que se apresenta como pura descarga afetiva ou gozo em ato de fala, permitindo que o sujeito se repositone em relação ao que o afeta. A urgência, então, deixa de ser apenas um momento de desorganização psíquica para tornar-se uma oportunidade de escuta e de elaboração subjetiva.

Na perspectiva de Lacan (1960/2008), a urgência subjetiva se inscreve no registro do real, aquilo que resiste à simbolização e rompe com o equilíbrio entre os registros simbólico e imaginário. O sujeito, diante da falha dos significantes que o sustentavam, encontra-se desamparado, confrontado com o excesso de gozo e com a angústia. A função do analista, nesse ponto, é operar como aquele que sustenta o tempo da palavra, oferecendo um espaço para que o sujeito possa dar forma ao indizível. A escuta, orientada pela ética do desejo, não busca o sentido, mas a abertura ao não saber, pois é nesse intervalo que o sujeito pode encontrar uma nova relação com o real que o invade.

Barros (2012) enfatiza que a urgência subjetiva se manifesta quando há uma ruptura no laço simbólico e o sujeito perde os referenciais que davam consistência à sua experiência. Essa ruptura produz uma invasão de gozo que exige do analista uma escuta que acolha, mas não complete, o discurso. Acolher a urgência é, portanto, sustentar o tempo do sujeito,

respeitando sua temporalidade lógica, tempo de compreender, de agir e de concluir, sem ceder à tentação de oferecer respostas rápidas ou interpretações precipitadas. “O sintoma não é desordem, distúrbio ou mau funcionamento. Seu sentido precisa ser renovado, pois é essa a possibilidade da existência da clínica lacaniana em uma sociedade hipermoderna (BORSOI, 2012 p. 33). Essa posição ética distingue o analista de outras práticas clínicas, pois ele intervém pela via da palavra e do silêncio, preservando a possibilidade de o sujeito reencontrar-se com seu próprio dizer.

Gloria Maron (2012) acrescenta que a urgência subjetiva requer uma escuta que se oriente pelo desejo, e não pela demanda de alívio ou de adaptação. A autora ressalta que o analista deve sustentar a falta e o tempo de espera, reconhecendo que o que se apresenta como crise é, muitas vezes, um ponto de virada na estrutura do sujeito. Ao escutar o que não se articula, o analista oferece um espaço em que o sujeito pode simbolizar o que o invade, reinscrevendo o sofrimento no campo da linguagem. Assim, a urgência deixa de ser um impasse sem saída e passa a ser um momento de abertura para a construção de um novo laço com o Outro.

Corroborando ao tema, Paula Borsoi (2012) entende a urgência subjetiva como um momento de verdade, em que o inconsciente se impõe de forma direta e sem mediações, convocando uma resposta ética do analista. Essa resposta não consiste em resolver o conflito, mas em oferecer um ponto de ancoragem simbólica que permita ao sujeito dar início a uma travessia. A escuta, nesse contexto, opera como um ato que reinsere o sujeito na linguagem, possibilitando que o sofrimento seja transformado em palavra e que o sujeito se responsabilize por sua posição no discurso. A urgência, portanto, é também um tempo de criação, no qual o sujeito pode reconstruir algo de sua história a partir do encontro com o real.

Pensar a urgência subjetiva na psicanálise lacaniana implica reconhecer sua dimensão ética e estrutural. A psicanálise não visa eliminar a urgência, mas dar-lhe lugar, convertendo o instante de colapso em uma

oportunidade de criação subjetiva. Como indicam os autores citados: é no ponto de falha do significante que o sujeito pode reinventar algo de si, encontrar uma nova maneira de se endereçar ao Outro e reposicionar-se frente ao seu desejo. A clínica da urgência, nesse contexto, é a clínica do instante em que o sujeito se confronta com o real, e a função do analista é o de sustentar esse intervalo entre o desamparo e a palavra, entre o excesso e o sentido. É justamente nesse espaço que se torna possível o surgimento de algo novo, uma reconstrução simbólica que devolve ao sujeito a possibilidade de desejar.

METODOLOGIA

A atuação desenvolvida foi orientada pela psicanálise Freud/lacanianiana. Essa perspectiva compreende que o sujeito, independentemente de sua faixa etária, é responsável por seu sofrimento singular, resultado de um encontro dialético entre sua história subjetiva, sua pertença parental e sua inserção cultural. Nesse contexto, o lugar de fala assume importância central, pois possibilita ao sujeito confrontar suas queixas e elaborar sentidos sobre sua própria verdade. O trabalho psicanalítico, assim, visa à construção progressiva de novas significações para o sofrimento, promovendo trocas simbólicas menos devastadoras e favorecendo o laço social.

A escuta, na psicanálise lacanianiana, constitui o próprio campo da experiência analítica. É por meio da fala, e da escuta que a sustenta, que o inconsciente se manifesta e se escreve. Trata-se de uma escuta ética, sustentada pelo respeito à singularidade e ao tempo lógico de cada sujeito. Diferentemente de uma escuta diretiva ou interpretativa imediata, a escuta psicanalítica implica a suspensão do saber, permitindo que o analista se abra ao enigma presente na fala do sujeito. Escutar, nessa orientação, é acolher o que se diz para além do dito, oferecendo um espaço simbólico onde a palavra possa operar sua função de verdade e revelar algo do sujeito do inconsciente que o habita (FREUD, 1912/1996; LACAN, 1964/1998).

Tomando como referência esses fundamentos teóricos, as atividades foram realizadas de acordo com o planejamento previamente estabelecido. Semanalmente, foi ofertado um espaço de escuta individual aos educadores que procuraram o serviço de forma espontânea. O espaço foi apresentado aos profissionais, em reunião prévia, como um plantão de escuta, realizado em salas distintas e conduzido por vários extensionistas. A proposta dispensava agendamento prévio, os educadores podiam comparecer livremente à sala de atendimento, onde havia alguém disponível para o acolhimento. Gradativamente, essas idas ao plantão deixaram de ser pontuais e transformaram-se em comparecimentos sistemáticos, revelando a consolidação do espaço como um dispositivo de escuta e acolhimento no contexto escolar.

As demandas foram acolhidas em ambiente reservado e sigiloso, conforme os princípios éticos da escuta psicanalítica. Entre os temas mais recorrentes, destacaram-se as dificuldades no manejo das demandas apresentadas pelos alunos adolescentes, relacionadas a questões familiares, sexualidade, ansiedade, depressão, automutilação e ideações suicidas, temas que culminavam em angústia por parte do professor que disse não ter recursos subjetivos para lidar com aquela realidade. No que se refere aos próprios educadores, emergiram queixas relativas à precarização das condições de trabalho, relações conflituosas com alunos, baixos salários, fadiga, ansiedade, desânimo e adoecimento frequente, fato que afetava não apenas as atividades laborais, mais a vida em família.

Essas questões foram trabalhadas no sentido de favorecer a expressão subjetiva e o compartilhamento simbólico das experiências, possibilitando ao sujeito uma nova leitura de suas vivências. A condução do processo de escuta foi orientada para promover a implicação do sujeito em relação às próprias queixas, incentivando-o a reconhecer e mobilizar sua rede de apoio e a construir novas formas de lidar com os impasses subjetivos e institucionais que o atravessam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da experiência mostraram-se expressivos e reveladores quanto à importância da escuta psicanalítica no contexto escolar. Apesar da dificuldade inicial dos educadores em estabelecer um vínculo de confiança, observou-se um aumento significativo na busca espontânea pelo espaço de escuta individual. Tal movimento evidencia a eficácia de um dispositivo clínico pautado na ética da psicanálise freudiano-lacaniana, que sustenta o sujeito em sua palavra, oferecendo-lhe um lugar de endereçamento de sua queixa e de reconhecimento de seu sofrimento. O acolhimento, ao instaurar um campo simbólico de escuta, possibilitou que os professores enunciassem algo de sua verdade inconsciente, rompendo com o silêncio que frequentemente marca as manifestações de urgência subjetiva.

A criação de um espaço legítimo de fala e escuta permitiu que os educadores pudessem não apenas expressar suas angústias, mas também reconhecer e nomear suas redes de apoio, configurando novas formas de laço social. Essa abertura à fala favoreceu a ressignificação das demandas iniciais, deslocando-as de uma posição de pura queixa para uma posição de implicação subjetiva, movimento essencial na direção do tratamento em psicanálise. Por meio da palavra, o sujeito foi conduzido a se confrontar com o que há de singular em seu modo de desejar e sofrer, reencontrando, ainda que parcialmente, uma responsabilidade ética sobre seu modo de existir.

As ações de cuidado possibilitaram, portanto, a inserção da dimensão do inconsciente no campo da saúde mental escolar, promovendo a democratização do acesso à escuta psicanalítica. Ao invés de oferecer respostas prontas ou soluções adaptativas, a experiência visou abrir espaço para o surgimento do sujeito em sua verdade, sustentando o tempo lógico necessário para que algo do inconsciente pudesse advir. Essa prática reafirma o compromisso ético da psicanálise com o sujeito e com sua singularidade, demonstrando que o trabalho com profissionais da Educação

em situação de urgência subjetiva requer uma escuta que não se apresse em tamponar o sintoma, mas que o acolha como via de acesso ao desejo e à construção de novos significantes no laço social.

A partir da escuta sustentada nesse dispositivo, tornou-se possível reconhecer o modo como o discurso do Outro institucional incide sobre o sujeito educador, muitas vezes capturado por ideais de desempenho, produtividade e controle. Nesse sentido, a escuta psicanalítica operou como uma brecha simbólica que permitiu o deslocamento desses ideais, possibilitando que o educador pudesse se implicar de maneira mais singular em seu fazer pedagógico. Ao escutar o mal-estar produzido pela instituição, o dispositivo clínico mostrou-se um importante meio de resistência subjetiva às formas contemporâneas de sofrimento ligadas à lógica do excesso e da performance.

Observou-se também que o espaço de escuta favoreceu a emergência de novas formas de laço social entre os próprios educadores, marcadas por maior solidariedade, reconhecimento mútuo e acolhimento das diferenças. Essa mudança, ainda que sutil, aponta para o valor ético e político da psicanálise no contexto escolar, pois introduz a dimensão do sujeito em um campo frequentemente dominado por discursos normativos e técnicos. Tal deslocamento indica que, quando há espaço para o sujeito falar e ser escutado, a instituição pode se tornar também um lugar de simbolização e não apenas de repetição.

Por fim, a experiência reafirma que a psicanálise, quando situada no campo educacional, não se propõe a educar ou corrigir, mas a escutar o sujeito em sua singularidade, reconhecendo o mal-estar inerente ao laço social. Ao sustentar a ética do desejo, conforme proposto por Lacan (1964/1998), a escuta psicanalítica permite que o sujeito se repositone diante de sua própria falta, reencontrando possibilidades de criação e de invenção no exercício de sua função. Desse modo, o dispositivo de escuta configura-se como um espaço de cuidado e de transmissão, no qual o inconsciente pode emergir como operador de transformação subjetiva e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de extensão foi facilitado pelo direcionamento das ações às demandas específicas da escola. Essa abordagem permitiu que a execução das atividades se tornasse mais fluida, possibilitando a obtenção de resultados efetivos e alinhados com as necessidades reais do contexto escolar. Desde o início, estabeleceu-se um processo transferencial consistente entre os participantes do projeto. Tal processo revelou-se fundamental para a dinâmica das intervenções, promovendo um ambiente propício à escuta e ao acolhimento, conforme postulam os conceitos psicanalíticos.

A sustentação do vínculo transferencial foi determinante na criação do espaço de fala e de escuta ético que, possibilitou aos educadores expressarem as suas angústias no campo laboral e pessoal, bem como, reconhecer e nomear suas redes de apoio, configurando novas formas de laço social. Essa abertura à fala favoreceu a ressignificação das demandas iniciais, deslocando-as de uma posição de pura queixa para uma posição de implicação subjetiva; movimento essencial na direção do tratamento em psicanálise. Através da palavra, o sujeito foi conduzido a se confrontar com o que há de singular em seu modo de desejar e sofrer, reencontrando, ainda que parcialmente, uma responsabilidade ética sobre seu modo de existir.

As ações de cuidado possibilitaram, portanto, a inserção da dimensão do inconsciente no campo da saúde mental escolar, promovendo a democratização do acesso à escuta psicanalítica. Ao invés de oferecer respostas prontas ou soluções adaptativas, a experiência visou abrir espaço para o surgimento do sujeito em sua verdade, sustentando o tempo lógico necessário para que algo do inconsciente pudesse advir. Essa prática reafirma o compromisso ético da psicanálise com o sujeito e com sua singularidade, demonstrando que o trabalho com profissionais da Educação em situação de urgência subjetiva requer uma escuta que não se apresse

em tamponar o sintoma, mas que se acolha como uma via de acesso ao desejo e à construção de novos significantes no laço social.

Por fim, é fundamental reconhecer que o investimento em práticas de acolhimento e escuta no contexto escolar não substitui as políticas públicas estruturais, mas as complementa, na medida em que possibilita o enfrentamento das dimensões subjetivas do sofrimento. A experiência do projeto de extensão em Campina Grande/PB demonstra que a articulação entre universidade e escola pública pode produzir efeitos significativos, tanto na promoção da saúde mental quanto na reconfiguração do laço educativo, reafirmando a importância de uma educação pautada no desejo, na escuta e na ética do sujeito.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Silvia Leonor. *A escuta psicanalítica*. In: *O tempo a escuta e o feminino*. Itatiba, SP: Casapsi livraria e editora Ltda, 2011.
- BARROS, Romildo do Rego. *A urgência subjetiva*. In: MARON, G.; BORSOI, P. (org.). *Urgência sem emergência*. Rio de Janeiro: Subversos, 2012.
- BOSOI, Paula. *Colóquio: Urgência Subjetiva texto de abertura*. MARON, G.; BORSOI, P. (org.). *Urgência sem emergência*. Rio de Janeiro: Subversos, 2012.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *A escola dos afetos: ensaios sobre a educação e o mal-estar contemporâneo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Lacan e a democracia: o espaço de uma psicanálise política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FREUD, Sigmund. *A dinâmica da transferência* [1912]. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI.

FREUD, Sigmund. *O ego e o id* [1923]. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Trad. José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 23-76.

FREUD, Sigmund. *Romances familiares* [1909]. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9.

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar* [1914]. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII, p. 145-158.

FREUD, Sigmund. *Recomendações aos médicos que praticam a psicanálise* (1912). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII. p. 111-120.

GATTI, Bernadete Angelina. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2021.

LACAN, Jacques. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964]. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

MARON, G.; BORSOI, P. (org.). *Urgência sem emergência?* Rio de Janeiro: Sub-versos, 2012.

RENNÓ LIMA, Celso. *A função da escuta*. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 393-397, jan./jun. 2010.